



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Goiás**  
**Município de Catalão**

**LEI Nº 3.398, de 15 de junho de 2016**

***“Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção do pagamento da tarifa de estacionamento rotativo aos portadores de deficiência física e dá outras providências.”***

A Câmara Municipal de Catalão, Estado de Goiás, no uso de suas prerrogativas constitucionais, aprova, e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder isenção da tarifa de estacionamento rotativo no âmbito do Município de Catalão para os veículos que conduzem e/ou são conduzidos por pessoas portadoras de necessidades especiais, mediante a apresentação de cartão de Portador de Necessidades Especiais - PNE.

**Art. 2º** - Os critérios para emissão do cartão para as pessoas com deficiência física são aqueles definidos pela **RESOLUÇÃO 304 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2008**, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

**Art. 3º** - O cadastramento da pessoa com deficiência física interessada em beneficiar-se desta lei, bem como a apresentação dos documentos necessários para a obtenção do cartão de PNE se dará perante a SMTC.

**Art. 4º** - A confecção do cartão se dará com a apresentação da fotocópia dos seguintes documentos:

- I – Documento oficial com foto;
- II – Comprovante de endereço, demonstrando que reside no município;
- III – Laudo médico atestando ser portadora de deficiência e com dificuldade de locomoção.

**Art. 5º** - O cartão terá validade de 03 (três) anos e a sua renovação poderá ser requerida nos 30 (trinta) dias anteriores ao seu vencimento.

**Parágrafo único.** A não renovação no prazo previsto no caput deste artigo implicará em seu cancelamento.

**Art. 6º** - Para que tenha direito à isenção do pagamento da tarifa de Estacionamento Rotativo, o Portador de Necessidades Especiais – PNE, deverá estacionar nas vagas devidamente sinalizadas com o Símbolo Internacional de Acesso, especialmente criadas pelo órgão de trânsito para esse fim, ainda, os seguintes aspectos:

I - A permanência de estacionamento do veículo deverá ser de no máximo 02 (duas) horas na área azul e no máximo 04 (quatro) horas na área verde, sendo permitida a troca de vaga por outra localizada na mesma quadra;

II - A permanência do condutor ou de outra pessoa no interior não desobriga o uso do cartão.

**Art. 7º** - Estacionar o veículo em desacordo com o presente regulamento sujeitará os infratores às penalidades previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

**Art. 8º** - A autorização concedida por meio deste cartão somente terá validade se o mesmo for apresentado no original e preencher as seguintes condições:

I – Estiver colocado sobre o painel do veículo, com frente voltada para cima;

II – For apresentado à autoridade de trânsito ou aos seus agentes, sempre que solicitado.

**Art. 9º** - Este cartão de autorização poderá ser recolhido e o ato da autorização suspenso ou cassado, a qualquer tempo, a critério do órgão de trânsito, especialmente se verificada irregularidade em sua utilização, considerando-se como tal, dentre outros:

I – O empréstimo do cartão a terceiros;

II – O uso de cópia do cartão, efetuada por qualquer processo;

III – O porte do cartão com rasuras ou falsificado;

IV – O uso do cartão em desacordo com as disposições nele contidas ou na legislação pertinente, especialmente se constatado pelo agente que o veículo por ocasião da utilização da vaga especial, não serviu para o transporte do deficiente físico;

V – O uso do cartão com a validade vencida.

**Art. 10** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 3.377, de 12 de abril de 2016.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CATALÃO-GO,**  
Estado de Goiás, aos 15 (quinze ) dias do mês de junho de 2016.

**JARDEL SEBBA**  
**Prefeito Municipal**